

A EXPERIÊNCIA DO APOIO À ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO AÇUDE POMPEU SOBRINHO – CEARÁ

Berthyer Peixoto Lima¹; Márcia Soares Caldas²; Ubirajara Patrício Álvares da Silva³; Antônio Treze de Melo Lima⁴ & Eliane Nascimento Lemos Lima⁵.

RESUMO --- As pessoas assim como as comunidades estão presas a princípios organizadores que ditam verdades e comportamentos e somente através da educação é possível levar essas pessoas e o grupo social onde elas estão inseridas, para um novo repensar. Desta forma é possível introduzir novos paradigmas, proporcionando a internalização do desenvolvimento da prática da gestão da água de forma integrada, participativa e descentralizada, gerando o desenvolvimento sustentado do sistema hídrico e a segurança das gerações futuras. A experiência foi observada na formação do Conselho Gestor do açude público Pompeu Sobrinho no município de Choró. Foi transferido parte de seu volume para o reservatório Pacajus, que fica aproximadamente 200 km a jusante daquele, como forma de dar segurança hídrica à Região Metropolitana de Fortaleza, o que causou traumas na cidade de Choró. A gestão dos recursos hídricos no semi-árido requer um ambiente onde as pessoas possam ser atores do processo de discussão e da tomada de decisão, sob pena de manter velhas políticas ineficazes, mas para isso se faz necessária a capacitação dessas mesmas pessoas, através de um processo educacional eficiente, que desperte na comunidade o exercício da cidadania. Foi através desse novo processo que foi possível quebrar velhos paradigmas.

ABSTRACT --- People and communities general are tied organizational principles that dictate truths and behaviors that only and questioned through the education in order to allow new form of thinking to those people and the social groups where they are inserted. This is possible to introduce new paradigms, allowing the internalization of development of water resources management practice integrated, participative and decentralized form, providing the sustainable development of water system and the insurance for future generations. The experience was observed in the formation of management council of Pompeu Sobrinho reservoir in city of Choró. After the transference of water from the Pacajus reservoir, that it is approximately 200 km, to ensure water to the supply the metropolitan region of the city Fortaleza, what caused a social trauma over the community of Choró. The water management in the semi-arid regions require an environment where is possible people to participate in the discussion and the decision making processes to escape the traditional and inefficient policies. But to achieve that is necessary the capacity program for the people involved trough an efficient educational process, that wakes the communities for the citizenship awareness. Thanks this new process, it was possible to break old paradigms.

Palavras-chave: Gestão de recursos hídricos, educação ambiental, cidadania.

¹ Gerente das Bacias Metropolitanas da COGERH, Av. Aualdo Batista,1550, 60.830-080, Fortaleza – CE, berthyer@cogerh.com.br

² Analista em Gestão de Recursos Hídricos da COGERH, Av. Aualdo Batista,1550, 60.830-080, Fortaleza – CE, msoares@cogerh.com.br

³ Analista em Gestão de Recursos Hídricos da COGERH, Av. Aualdo Batista,1550, 60.830-080, Fortaleza – CE, bira@cogerh.com.br

⁴ Coordenador do Núcleo de Gestão da COGERH, Av. Aualdo Batista,1550, 60.830-080, Fortaleza – CE, antonio@cogerh.com.br

⁵ Aluna do 6º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR – eliane@unifor.br

1 INTRODUÇÃO

A partir da criação da Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará no ano de 1987 e da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH em 1993 (SRH 2006), a questão hídrica tomou novos e transparentes rumos. Naquela oportunidade o poder público estadual afirmava que as ações de planejamento e gestão de recursos hídricos produziriam os frutos esperados pela sociedade, abolindo as soluções temporárias, paliativas e às vezes humilhante a um povo já duramente castigado pela irregularidade climática e pela falta de água, elemento fundamental na manutenção da vida e do desenvolvimento local.

Para isso era necessário se criar um arcabouço jurídico, que desse suporte legal à implantação da nova Política de Recursos Hídricos do Estado. Assim, foi criada a Lei Estadual de Recursos Hídricos no ano de 1992 (MAIA,2004), portanto muito antes da criação da Lei Federal. A infraestrutura hídrica do Estado foi diagnosticada, ampliada e tecnicamente adaptada às novas condições de demanda e oferta para a sociedade cearense, através do Plano Estadual de Recursos Hídricos no ano de 1992, de forma a se estabelecer um princípio de segurança hídrica para o Estado, isto pode ser comprovado pela construção do açude Pacajus em 1992, do Canal do Trabalhador em 1993 e da construção de um substancial número de outros reservatórios nos anos subseqüentes, através do PROURB – Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos.

Essa nova e saudável experiência de gestão dos recursos hídricos também aponta para uma mudança de paradigma, no que diz respeito a participação efetiva da sociedade nas definições sobre o uso, controle e conservação da água. Baseado nesse novo modelo participativo, os usuários de água bruta do reservatório Pompeu Sobrinho deveriam passar por um processo de apoio a organização social para a gestão da água, capacitação e de educação, com o intuito de criar as condições necessárias para a formação do Conselho Gestor daquele reservatório e mais tarde fazer parte do processo de formação do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza – CBH/RMF. Todas essas ações desenvolvidas têm como princípio que a gestão de água deve ser integrada, descentralizada e participativa. São esses os pilares que sustentam até hoje essa inovadora política.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O açude Pompeu Sobrinho está localizado nas Bacias Metropolitanas (figura 1), mais precisamente no município de Choró (figura 2), que dista 186 km de Fortaleza em via asfáltica.

O município de Choró foi emancipado somente em 1992 e apresenta uma população de aproximadamente 12.000 habitantes sendo que apenas 2.849 residem na sede do município (IBGE, 2000).

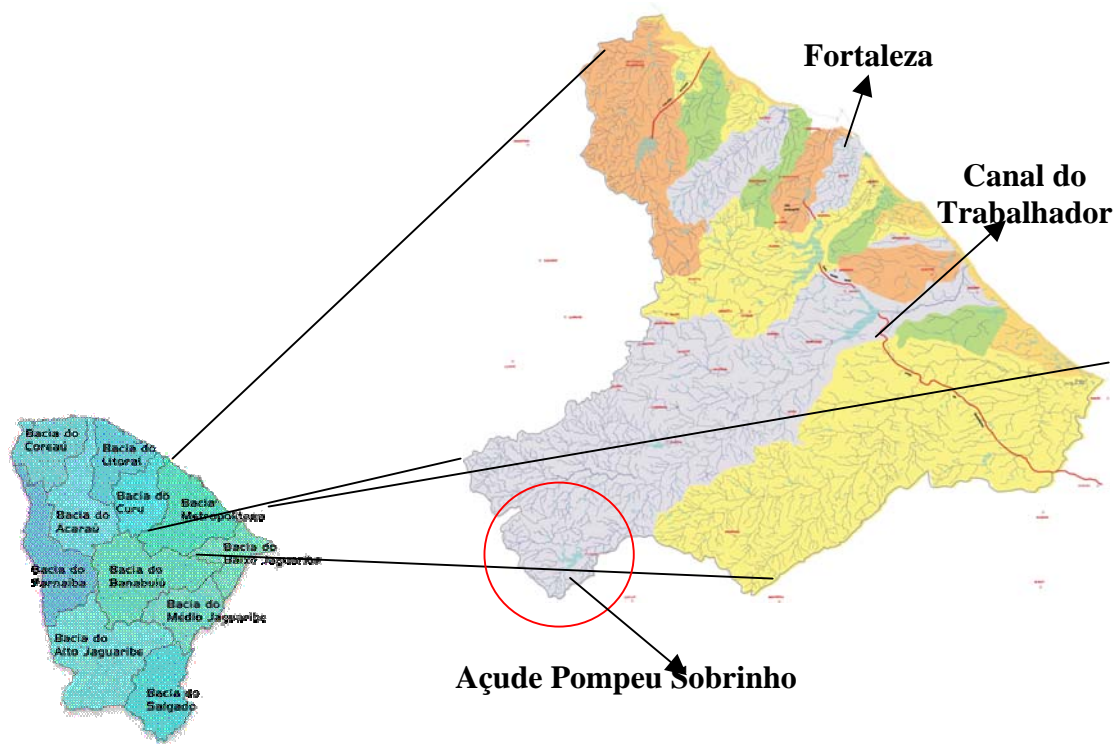


Figura 01 – Localização do Açude Pompeu Sobrinho nas Bacias Metropolitanas.



Figura 2 – Localização do município de Choro.

O açude Pompeu Sobrinho foi construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS no ano de 1934, barrando o Rio Choró, num boqueirão conhecido por Limão. Apresenta uma capacidade de armazenamento de 143 hm³ com um volume morto de 16 hm³.

3 ANTECEDENTES DO GERENCIAMENTO DO AÇUDE

No ano de 1993, logo após a promulgação da Lei Estadual de Recursos Hídricos, o Ceará sofria uma de suas piores secas, como pode ser observado na precipitação acumulada daquele ano, comparado com a média histórica do Estado do Ceará na figura 3:

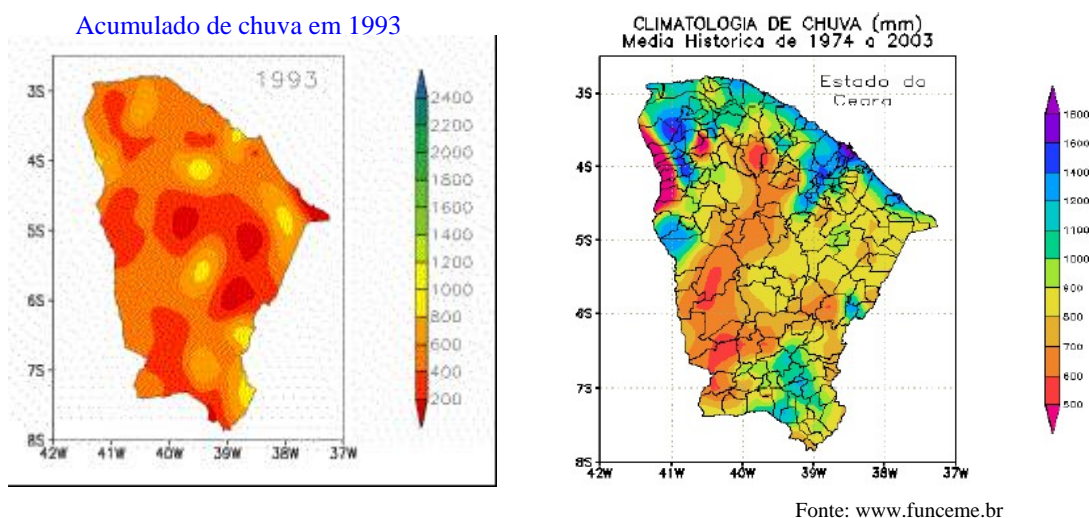


Figura 3 – Total anual de chuvas (mm) comparado com a média histórica.

A quadra chuvosa daquela época não produziu qualquer aporte hídrico para os reservatórios do Estado. O sistema que abastecia a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF estava com aproximadamente 6 % da sua capacidade de armazenamento, ou seja, com 43 milhões de m³ de água dos 700 milhões que poderiam armazenar, conforme figura 4 (COGERH, 2006).

Naquele momento, aproximadamente quase 2 milhões de pessoas (IBGE, 2006) necessitavam de água, assim como um parque industrial com quase 9.000 indústrias (FIEC, 2006).

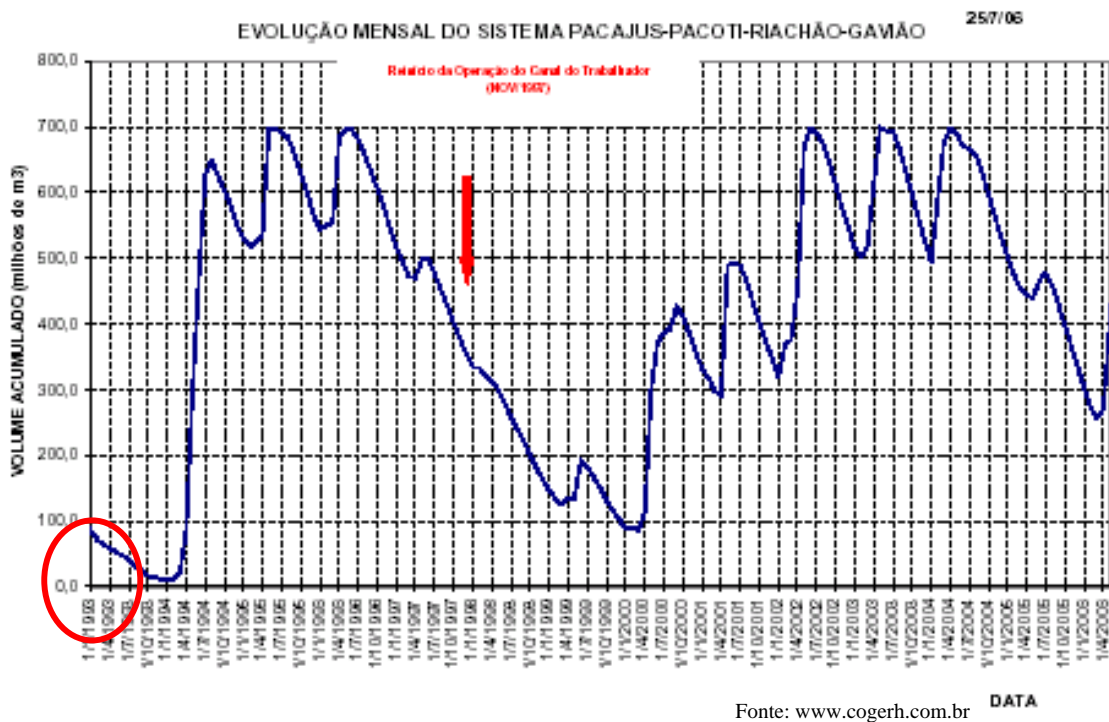


Figura 4 – Evolução do volume acumulado de água do sistema que abastece a RMF de 1993 a 2006.

O governo estadual resolveu construir o então Canal do Trabalhador, aquele que seria a primeira experiência de transposição de bacias no Nordeste. A água seria captada no rio Jaguaribe entre os municípios de Aracati e Itaiçaba e transportada por 102 km de canal até chegar no açude Pacajus que se encontrava com 0,58 % de sua capacidade de armazenamento, ou seja, completamente seco.

O canal foi construído em 90 dias, mas durante a construção do canal até o seu término a água levaria um bom tempo até chegar a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Seria necessário fazer com que o açude Pacajus, totalmente seco, pudesse ter alguma reserva hídrica, de forma a reduzir esse tempo de recarga e fazer com que o sistema de abastecimento da RMF tivesse minimamente condições de funcionamento.

Para isso o governo tomou a decisão de esvaziar o açude Pompeu Sobrinho (figura 5), que faz parte da bacia hidrográfica do açude Pacajus. Com isso seria transferido aproximadamente 30 milhões de m³, a partir da liberação de água pela comporta do açude Pompeu Sobrinho para o açude Pacajus. O açude Pompeu Sobrinho estava com pouco mais de 30 % de sua capacidade de armazenamento, ou seja, com aproximadamente 45 milhões de m³, conforme figura 6.



Figura 5 – Açude Pompeu Sobrinho em 2001. (Fonte: COGERH)

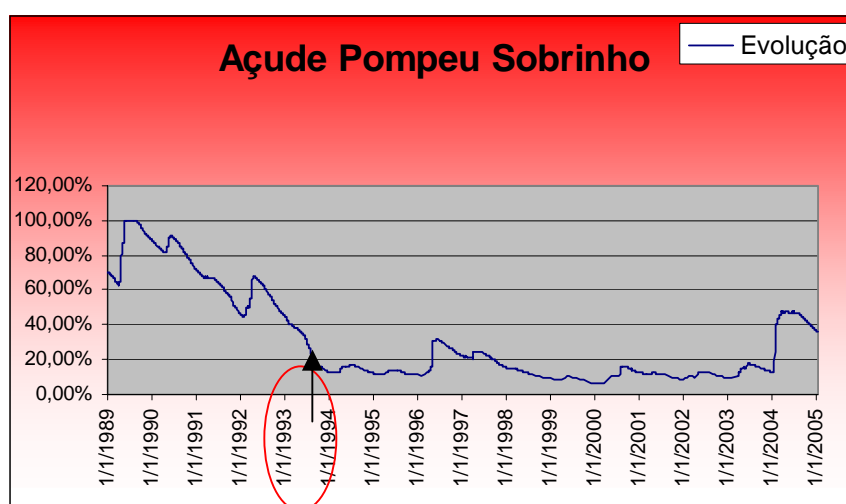


Figura 6 – Evolução do Açude Pompeu Sobrinho desde 1989 a 2005.

A população do município de Choró, onde está localizado o citado açude, não foi consultada, informada, instruída, ou mesmo puderam exercer sua cidadania, na hora da decisão do gerenciamento da água daquele reservatório, num momento tão crítico e numa experiência que seria a mais traumática para aquela pequena cidade. As pessoas pouco conseguiram entender ou prever qualquer cenário após abrupta retirada daquele precioso líquido, que naquele momento representava também a sua sobrevivência.

Diante dessa situação a população não tinha um conhecimento de como poderia agir para proteger sua fonte de abastecimento. PINSKY (2004, p. 51), afirma que “a construção da

consciência se dá na sensibilização e na capacidade de perceber e sentir na pele o que está acontecendo ao nosso redor”, assim essa comunidade pôde sentir que era necessário manifestar seu direito de cidadão.

Essa experiência de liberação abrupta e em grande quantidade de água sem nenhuma negociação social, gerou nos anos seguintes, em cada pessoa daquele lugarejo, uma percepção da necessidade de participar das decisões acerca do gerenciamento do açude Pompeu Sobrinho, pois após aquela experiência prevalecia um sentimento de indignação e de revolta. A população criava assim uma aversão a qualquer relação com o poder público estadual, pois eles sentiram-se lesados por quem deveria trabalhar pelo seu bem estar.

4 A GESTÃO PARTICIPATIVA DO AÇUDE

Após a experiência de esvaziamento do açude vivenciada pelas pessoas que vivem no entorno do Pompeu Sobrinho, verificou-se a necessidade clara desta comunidade exercer sua cidadania, a partir de um trabalho metodologicamente direcionado para o apoio a organização local no sentido de exercerem a gestão participativa dos recursos hídricos. Sobre cidadania, RESENDE (1992, p. 69) afirma que “o povo que não a pratica não consegue constituir uma sociedade organizada, integrada, com instituições sólidas, eficientes e respeitadas. Deixa-se ser mal governado, desrespeitado e afrontado”.

A experiência citada acima, fez com que a implantação da política de recursos hídricos, que se baseava na gestão integrada, participativa e descentralizada, tivesse mais dificuldade em ser implementada no município de Choro. A tentativa de realizar o gerenciamento participativo no açude Pompeu Sobrinho, em 1998, esbarrou num descrédito da população local, pois a sociedade civil não via qualquer credibilidade na ação do governo estadual, e mais, acreditavam até mesmo que essa seria uma nova estratégia para retirar ainda mais água do açude.

Somente através de um processo de mobilização e apoio à organização social, de capacitação e de educação de forma lenta e paciente retomado em 2003, é que foi possível inicialmente resgatar o diálogo, a confiança e a certeza de que eles eram imprescindíveis para o gerenciamento da água do açude. Começava-se a reeditar novos conceitos no tocante a ação governamental em relação à gerência das reservas hídricas do açude Pompeu Sobrinho.

Nessa perspectiva RESENDE (1992, p. 69), mostra que o processo de cidadania é uma prática educativa, pois “Convém que seja uma evolução natural, consciente e sistemática, resultante de uma melhor educação e de um maior amadurecimento da nação como um todo”.

Os técnicos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH iniciaram o processo de identificação de organização civil, tais como sindicatos, associações, cooperativas, igreja local e os múltiplos usuários que dependiam das águas do açude Pompeu Sobrinho. Todas

essas instituições e usuários de água foram cadastrados e visitados, mobilizando-os, bem como o poder público municipal, estadual e federal.

Todo esse processo tem uma atuação educativa buscando a participação das pessoas, estimulando para que em equipe seja encontrado o melhor caminho para a solução dos problemas. RESENDE (1992, p. 86) aborda que, “os efeitos positivos de suas ações individuais de cidadania, e os resultados das atuações dos grupos organizados, constatarão o enorme potencial que tem a sociedade de, por sua própria conta e responsabilidade, mais rapidamente do que se imagina promover importantes mudanças e progressos”.

Observou-se através desse novo processo de apoio à organização social e da educação, através do aprendizado, um direcionamento para a mudança de mentalidade e posturas, tendo sido possível preparar a população para exercer sua cidadania. O passo seguinte foi a execução de uma série de seminários e encontros com todas aquelas representações, de forma a capacitá-los e reeducá-los no tocante ao uso racional da água e o conhecimento do seu meio ambiente e que eles eram co-responsáveis pela sustentabilidade daquele açude.

Eles tiveram uma oportunidade nunca antes experimentada, que foi a de serem escutados e valorizados. Todas as suas mágoas e frustrações puderam pacientemente ser externadas como um grito preso desde 1993.

Cada um dava sua valiosa contribuição sobre a história da região e de seu local. Desenhavam seu ambiente e juntos criavam o retrato mais fiel do município de Choro, com suas belezas e suas feridas. O exercício da cidadania iniciava-se e percebia-se que eles não queriam mais parar.

Os técnicos repassavam informações importantes e colhiam depoimentos preciosos para construir uma nova etapa de vida naquela comunidade tão descrente. Nem tudo foram maravilhas e sucessos, pois o objetivo era a criação de um Conselho Gestor do Açude Pompeu Sobrinho que pudesse juntamente com o Governo Estadual gerenciar as reservas hídricas, de forma a manter a vida, gerar desenvolvimento e garantir às gerações futuras a sobrevivência. No entanto quando se tocava no assunto liberação de água para os usuários que ficavam a jusante do açude, ou seja, os irrigantes e pequenos pecuaristas, a sociedade civil e os usuários de montante, ou seja, pescadores e vazanteiros logo se opunham veementemente a qualquer tipo de retirada, fazendo alusão ao episódio de 1993. Percebia-se que o processo educacional e da cidadania ainda não produzia os frutos esperados, mas onde estavam as conquistas e as mudanças comportamentais?

Era necessário deixar que a ação educacional pudesse agir sem pressa, era necessário que a sociedade daquele local digerisse aquela nova realidade, as novas responsabilidades, os novos direitos e deveres. De acordo com PINSKY (2004, p. 50), “ter a consciência da necessidade de se ter consciência, para buscar conhecer os direitos e de exigir o direito de ter direito, e entender que

essa consciência não se compra, não se vende, não se barganha nem se acha na rua, ao contrário, se constrói – este é o ponto mais alto da cidadania”.

5 SIMULAÇÃO DE ESVAZIAMENTO DE RESERVATÓRIO

Esta nova forma de realizar o gerenciamento dos recursos hídricos, incluía a apresentação de cenários de liberação de água baseados em informações do balanço hídrico do reservatório, através do software SAGREH, desenvolvimento pela Gerência de Operações da COGERH. O processo de simulação de esvaziamento de reservatório consiste no balanço das entradas e saídas de água do reservatório. Neste balanço se tem como entradas a precipitação, o escoamento superficial e subsuperficial e como saídas, a evaporação, a sangria e as retiradas, tanto pela tomada de água como a montante, na própria bacia hidráulica, conforme ilustrado esquematicamente na figura 7:

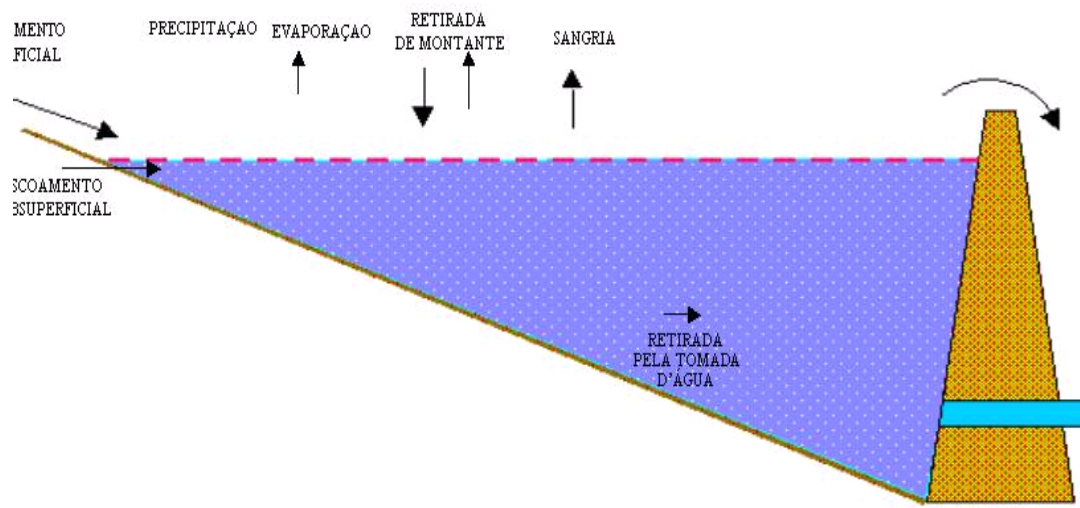


Figura 7 – Balanço hídrico de um reservatório.

Como no segundo semestre se tem uma elevada certeza que tanto a precipitação como o escoamento superficial é zero, por consequência e por segurança se pode considerar também como zero o escoamento subsuperficial, além de que não há sangria no período.

Em função do exposto, o balanço das entradas e saídas se resume nos componentes, evaporação e retiradas tanto pela tomada de água como à montante, diretamente da bacia hidráulica.

6 O CONSELHO GESTOR DO AÇUDE POMPEU SOBRINHO

Não tardou muito e o Conselho Gestor foi formado por irrigantes, pescadores, vazanteiros, pecuaristas, sindicato rural, pela prefeitura, na representação da secretaria de agricultura e da

secretaria da educação, pelo poder público federal, através do Departamento Nacional Contra a Seca – DNOCS e pelo poder público estadual (figura 8).



Figura 8 – Reunião para formação do conselho gestor do açude Pompeu Sobrinho.

No processo de formação do Conselho Gestor do açude Pompeu Sobrinho foram realizadas inúmeras reuniões e contatos com usuários, com o intuito de trabalhar os conceitos básicos de hidráulica, hidrologia, meio ambiente, climatologia e engenharia foram sendo assimilados, lições de cidadania e solidariedade eram absorvidas como a água que cai em um solo seco, que logo infiltra e é retida.

Foi somente assim que os integrantes do Conselho Gestor puderam entender o que era gestão dos recursos hídricos, e com essa percepção passaram a ser multiplicadores e transformadores da sociedade do município de Choró. Através dessa conquista, é que os integrantes do Conselho Gestor puderam exercer sua cidadania, tomando decisão quanto ao melhor uso das águas do açude Pompeu Sobrinho e participando ativamente do processo de alocação de água. A gestão agora é integrada, participativa e descentralizada, a cidadania venceu.

O Conselho Gestor apresenta uma formação que garante a equidade entre usuários de montante e jusante, sendo formado atualmente por 24 membros entre os quais se encontra o representante dos vazanteiros, representante dos pescadores, representante dos irrigantes e pecuaristas, sociedade civil através do sindicato dos trabalhadores rurais, de dois assentamentos e do poder público estadual e municipal.

7 OS SEMINÁRIOS DE ALOCAÇÃO NEGOCIADA DE ÁGUA BRUTA

A gestão da água no Estado do Ceará é baseada no princípio de que seja uma ação *integrada*, levando-se em conta a água no meio ambiente e a política de recursos hídricos juntamente com as políticas públicas voltadas para a bacia; *Participativa*, fazendo com que toda a sociedade participe da distribuição racional da água aos múltiplos usuários e *descentralizada*, pois a tomada de decisão é feita na base, ou seja no Conselho Gestor.

Os técnicos da COGERH acompanham diariamente o aporte hídrico na estação chuvosa e o seu volume na estação seca. É feito um criterioso levantamento de todas as demandas de água, conhecendo a vazão necessária para atender aos múltiplos usuários, destacando sempre a prioridade do abastecimento humano e animal.

Desta forma, com todas essas informações, a COGERH então cria cenários com variadas opções de liberação de água para o açude. O Conselho Gestor conhecendo as informações de demanda e oferta hídrica, além das simulações apresentadas, tem a capacidade de tomar a decisão para o melhor uso da água para aquele reservatório, conforme figura 9.



Figura 9 – Etapas do processo de alocação negociada de água bruta

8 CONCLUSÃO

O Conselho Gestor do Açude Pompeu Sobrinho hoje é responsável pela perenização de aproximadamente 30 km de rio, beneficiando dois grandes assentamentos com mais de 500 famílias, revitalização do setor pecuário a jusante do açude, fomento à criação da colônia de pescadores do município de Choró e participante ativo no novo programa de educação ambiental nas escolas municipais.

A mudança de comportamento verificado na nova forma de usar a água de maneira racional e sustentada foi graças ao poder da educação, ao resgate da cidadania em cada pessoa e ao modelo de gestão implementado pela COGERH, trazendo à tona o prazer de construir e participar do seu destino e do destino de sua comunidade.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. Fortaleza, mai, 2005. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br>> Acesso em 19 mai. 2006.

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Fortaleza, mai, 2005. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br>> Acesso em 19 mai. 2006.

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia. Fortaleza, mai., 2005. Disponível em <<http://www.funceme.br>> Acesso em 19 de maio de 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fortaleza, mai, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 19 mai. 2006.

MAIA, Alexandre Aguiar. Legislação de recursos hídricos no Estado do Ceará. Konrad Adnauer Stiftung, 2004.

PINSKY, Jaime (Org). Práticas de cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.

RESENDE, Ênio J., Cidadania: o remédio para doenças culturais brasileiras. São Paulo: Summus, 1992.

SRH - Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Fortaleza, mai, 2005. Disponível em: <<http://www.srh.ce.gov.br>> Acesso em 19 mai. 2006.